



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 43

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 18, DE 1991 — CN

Da Comissão Diretora sobre a constitucionalidade e mérito do Projeto de Resolução nº 2, de 1990-CN que “Dá nova redação ao art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional.”

Relator: Senador Alexandre Costa

A proposição sob exame visa a alterar o artigo 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN. Em síntese, o artigo que se pretende modificar prescreve o seguinte procedimento na análise preliminar da admissibilidade de Medidas Provisórias emitidas pelo Chefe do Poder Executivo.

a) A comissão mista tem o prazo de cinco dias, contado da publicação da medida provisória para emitir parecer sobre a sua admissibilidade, tendo em vista os pressupostos do artigo 62 da Constituição Federal;

b) Caso o parecer da comissão conclua pelo atendimento dos pressupostos constitucionais, a matéria só vai a Plenário havendo recurso de um décimo dos congressistas formulado no prazo de vinte e quatro horas;

c) Caso o parecer seja contrário à admissibilidade, a matéria será submetida obrigatoriamente ao Plenário de sessões conjuntas;

d) No caso da alínea anterior, se em duas sessões conjuntas realizadas em até dois dias imediatamente subsequentes, o Plenário não decidir sobre a matéria, considerar-se-ão como atendidos pela medida provisória os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 62 da Constituição.

O projeto de resolução sob exame pretende, essencialmente, introduzir as seguintes alterações:

a) Atribuir caráter terminativo à Comissão Mista, quer seu parecer conclua pelo atendimento dos requisitos previstos no artigo 62 da Constituição, quer chegue a conclusão oposta;

b) Em caso de recurso, e na hipótese do Plenário não decidir sobre a matéria, em duas sessões conjuntas, realizadas em até dois dias imediatamente subsequentes, será considerado mantido o parecer da comissão.

Demonstram os autores, na justificação do projeto, mediante o confronto do texto do inciso II, do § 1º, com o texto do § 5º, ambos do artigo 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, que o dispositivo vigente, inverte a decisão da comissão, na hipótese de o parecer concluir pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais, conjugada com a da não-manifestação do Plenário no prazo fixado.

Continuam os signatários da proposição, objeto deste parecer, justificando a necessidade da alteração do referido dispositivo.

Literis:

“Esse procedimento regimental, além de anômalo, encerra uma contradição evidente. Não é apenas o descurso de prazo que passa a ser prêmio. É mais do que isso: através de um artifício regimental estamos alterando a conclusão de um parecer proferido pela comissão.

“Ora, tal procedimento repõe a prática de um princípio que nasceu nos atos institucionais e havia sido sepultado. O de que a falta de manifestações do Congresso sobre uma matéria gera a sua aprovação. Em não se votando a preliminar de admissibilidade, considera-se aprovada a admissibilidade, ainda que a comissão tenha se pronunciado contrariamente a ela.

Além do mais, o preceito conflita-se com a norma constitucional regulamentadora do instituto da medida provisória que prevê a perda de eficácia da medida, se não for ela aprovada no prazo de trinta dias, a partir da sua edição.

A norma regimental em questão, portanto, inverte o processo ao dispor sobre a apreciação da admissibilidade da medida, o que contraria a própria essência do instituto.”

Diante desta argumentação, julgamos que, quanto ao mérito, a proposição é perfeitamente justificável, constituindo mesmo um imperativo o seu acolhimento.

Todavia, por considerar exíguo o prazo estabelecido no § 5º do artigo 1º do projeto, submeto à apreciação dos senhores membros da comissão direta e a seguinte emenda ao mencionado dispositivo:

§ 5º Se, em três sessões conjuntas, realizadas em até três dias, imediatamente subsequentes, o Plenário não decidir sobre a matéria, será considerado mantido o parecer da comissão.

No mais, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, entendemos que nada obsta à aprovação do presente projeto de resolução, o que recomendamos aos senhores membros desta comissão diretora com a adoção da emenda proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1991. —
Senador **Mauro Benevides**, Presidente — Senador **Alexandre Costa**, Relator — Senador **Carlos De’Carli** — Senador **Dirceu Carneiro** — Senador **Marcio Lacerda** — Senador **Sal-danha Derzi**.

PARECER Nº 19, DE 1991 — CN

Da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução nº 3, de 1990 (CN) que revoga o § 5º do art. 5º, da Resolução nº 1, de 1989 (CN).

Relator: Senador Carlos De’Carli

Tendo em vista aperfeiçoar o procedimento a ser observado pelo Congresso Nacional

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

relativamente ao processo parlamentar de apreciação de medidas provisórias, o Excelentíssimo Senador Jutahy Magalhães e outros congressistas apresentaram o Projeto de Resolução nº 3, de 1990 (CN), que "revoga o § 5º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989 (CN)".

1. Com efeito, a atual processualística legislativa, pela Resolução nº 1, de 1989 (CN) estabelece duas teses distintas para apreciação das medidas provisórias apresentadas pelo Governo: a primeira quanto ao atendimento ou não dos pressupostos de relevância e urgência aos quais se refere o art. 62, da Constituição Federal, conforme o disposto no § 5º, do art. 5º, da citada Resolução.

2. Superada a fase preliminar de exame da constitucionalidade da medida provisória quanto ao atendimento dos pressupostos para o seu recebimento, cabe ao Congresso Nacional apreciar a iniciativa quanto aos aspectos constitucional e de mérito, segundo o art. 6º, da Resolução nº 1/89 CN.

3. Na verdade, a presente Resolução corrige evidente equívoco da Resolução nº 1/89 que, ao procurar afeiçoar-se ao disposto no art. 62, da Constituição Federal, terminou por restringir, a nível do Congresso Nacional,

o preceito contido na Carta Magna de que "estando em recesso (o Congresso Nacional), será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias".

4. Como expressa a Constituição, o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente em cinco dias — se estiver de recesso — para se reunir, e não comanda que o Legislativo superior esteja clausurado a esse prazo para apreciação dos pressupostos de relevância e urgência para homologar, quanto a esse aspecto, os atos do Senhor Presidente da República.

O prazo é para convocação e não para apreciação.

5. O § 5º, do art. 5º, da Resolução nº 1/89 não ofende ao princípio constitucional, que deixa ao próprio Congresso Nacional o estabelecimento dos seus prazos para tramitação das medidas provisórias. Não obstante, em questão de prazo, e, principalmente quanto a matéria de tanta relevância, é flagrante o equívoco do disposto revogado já que restringe a autonomia do Legislativo em matéria que tem ser ampla e plenamente discutida, considerados os parâmetros de conveniência a que se refere o parágrafo único, do art. 62, da Carta Magna.

6. Como exposto, a Carta Magna é aberta e não clausura o Legislativo. Nem seria o seu objetivo, já que é plenamente democrática. No entanto, o próprio Legislativo através de resolução limita-se a si mesmo, estabelecendo prazos que a Constituição não existe e que, politicamente, só servem aos aproveitadores interessados em denegrir o serviço que o Congresso Nacional presta à Nação.

7. Nada obriga ao Congresso Nacional, a não ser as suas próprias prerrogativas.

A Constituição Federal não exige votação de medida provisória em trinta dias, apenas informa que se a medida não for votada nesse prazo, perderá a eficácia, o que, seguramente, será um problema do poder que a editou.

8. Por todo o exposto e considerando o que tudo consta da justificação referente ao Projeto de Resolução nº 3/90 (CN) somos pela sua aprovação, como meio de se aprimorar o processo Legislativo dentro do Congresso Nacional, no estrito cumprimento das normas constitucionais.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente — Senador Carlos De'Carli, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Dirceu Carneiro — Senador Márcio Lacerda — Senador Saldanha Derzi.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 29ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1991****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO NILSON GIBSON — Elogio ao trabalho da Mesa do Senado Federal, quanto ao novo formato gráfico da Ordem do Dia.

DEPUTADO GILVAN BORGES — Questão fronteiriça entre o Brasil e a Guiana Francesa. Soberania e condições

de desenvolvimento do Estado do Amazonas.

DEPUTADO ORLANDO PACHECO — Legalização dos cassinos e os custos sociais, tais como o aumento da criminalidade.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Propaganda enganosa e a necessidade da regulamentação do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Referente à designação de parlamentares para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada

a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

— Promulgação da lei que dispõe sobre a complementação da aposentadoria de ferroviários e dá outras providências, na sessão de 15 do corrente mês.

— Referente à prorrogação, até amanhã, às 18 horas e 30 minutos, do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3/91-CN, que dispõe sobre as

diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências.

— Substituição de membros na Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, prevista no art. 8º do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Continuação da votação). **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina compe-

tências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 1990, que dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da seguridade social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 55, de 1990, que modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 63, de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1990 (nº 4.791/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a não-incidência do Imposto de Renda sobre lucros ou dividendos distribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, loados a instituições sem fins lucrativos. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1990 (nº 5.973/90, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a taxa

de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a política agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei nº 20, de 1990-CN, que dispõe sobre o plano plurianual para o quinquênio 1991/1995 e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1991 (nº 6.134/91, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem econômica e cria o sistema de estoques de combustíveis. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 1991, que dispõe sobre o reajustamento de aluguel na locação predial urbana. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Apresentação da chapa da comissão deliberativa.

Ata da 29ª Sessão Conjunta, em 21 de maio de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Alexandre Costa

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Antonio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos De' Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Dário Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amim — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson

Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekêl Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Jú-

nior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Onofre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelas — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Giovanni Queiroz — PDT; Hermínio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mário Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Nicias Ribeirão — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Titan — PMDB; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Beth Azize — PDT; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Carlos Camurça — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Nobel Moura — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Célia Mendes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Freire Júnior — Bloco; Hagahús Araujo — PMDB; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Ricardo Murad — Bloco; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

Ceará

Acácio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Virgílio — PDS; Edson Silva — PDT; Gonzaga Mota — PMDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Mauro Sampaio — PSDB; Moroni Torgan — PSDB; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — PDS; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique

— PMDB; José Luiz Maia — PDS; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PSDB; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Morais — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; Vital do Rêgo — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Gilson Machado — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcelos — Bloco; José Mendonça Bezerra — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — Bloco; Roberto Franca — PSB; Salatiel Carvalho — Bloco; Sérgio Guerra — PSB; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; José Thomaz Nono — PMDB; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — SP; Roberto Torres — PTB; Vitorio Malta — Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; João Almeida — PMDB; João Carlos Bacelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Manoel Castro — Bloco; Marcos Medrado — Bloco; Pedro Irujo — Bloco; Ribeiro Tavares — PL; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aracely de Paula — Bloco; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — Bloco; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio

Bernardino — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Belato — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcelos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — PRS; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Maurício Campos — PL; Odelmo Leão — Bloco; Osmário Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Vittorio Mediolí — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jório de Barros — PMDB; Nilton Barano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Cidinha Campos — PDT; Edésio Frias — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; José Egydio — Bloco; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo de Almeida — PTB; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Roberto Campos — PDS; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — PTB; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Ary Kara — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Delfim Netto — PDS; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Fabio Meirelles — PDS; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Mellão Neto — PL; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquezelli — PTB; Oswaldo Stecca — PSDB; Pedro Pavão — PDS; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tadashi Kuriki — PTB; Tuga Ange-

rami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Oscar Travassos — PDS; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL; Wilmar Peres — Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros — PMDB; Delio Braz — PMDB; João Natal — PMDB; Lázaro Barbosa — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Ronaldo Caiado — Bloco; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marilu Guimarães — PTB; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Carlos Scarpellini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edesio Passos — PT; Edi Siliprandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; José Felinto — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Munhoz da Rocha — PSDB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Dércio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — Bloco; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja — PDS; Carlos Cardinal — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pe-

droso — PDT; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 372 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de usar a tribuna para fazer um registro que considero inusitado. Não tenho por praxe adotar este expediente, esta posição. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não podia deixar de fazer um elogio à Mesa do Senado Federal, inclusive aos seus assessores, com destaque muito especial para o Dr. Guido, pelo seu trabalho.

Faço este registro porque tenho visto, ultimamente, que a Ordem do Dia ganhou nova aparência. Agora podemos realmente examinar as matérias que serão discutidas, o que facilita enormemente o trabalho dos congressistas.

Aproveitando a oportunidade, espero que os avulsos distribuídos também sigam o mesmo padrão. Ainda hoje, o avulso da Lei do Inquilinato, de tão grande importância, quase não pôde ser lido pelo Deputado Renato Vianna. Esse trabalho, determinado pelo Dr. Guido, é realmente digno de ser ressaltado.

Desejo parabenizar a Mesa do Senado Federal e sua equipe de assessores pelo excelente trabalho que estão executando, para facilitar a tarefa dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há recomendação da Mesa à gráfica do Senado Federal para que se esmere nesse sentido, a fim de que se ouçam outros pronunciamentos iguais ao de V. Ex^a daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o nobre Deputado Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (Bloco — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, estamos caindo no mesmo erro de sempre: ficamos aqui à espera dos colegas para que possamos fazer um trabalho sério em favor do País que tanto amamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero, neste momento, denunciar de público a situação vergonhosa da fronteira entre o Brasil e um pedaço da terra de que a França se apossou em 1624. Estamos fazendo estudos para viabilizar a retomada daquelas terras

que fazem parte da Amazônia. O Colonialismo, hoje, já não mais existe.

Lá na dita Guiana Francesa há mais de 30 mil brasileiros, na sua grande maioria oriundos do Estado do Amapá. E os mecanismos da repressão usados por quem governa aquela Guiana, como o espancamento e a expulsão, têm sido motivo de vergonha para o Amapá.

Recentemente, o Deputado Valdenor Guedes, do meu estado verificou *in loco* a situação vergonhosa de milhares de amapaenses, de brasileiros que são violentados dia a dia na Guiana Francesa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, hoje o Amapá e Roraima figuram no cenário nacional entre os mais jovens estados brasileiros e precisam de maior atenção do Governo Federal e desta Casa, para que possam encontrar o caminho do desenvolvimento.

Apresentamos nesta Casa um projeto de lei que cria o porto franco. O Amapá se avizinha com a Guiana Francesa, o Suriname, os países do Caribe e da América do Norte. Deixando de ser Território, o Amapá ficou praticamente com o único empregador, o Governo, fora as mineradoras que estão ali assentadas, extraindo as riquezas do nosso querido estado. Os setores primário, secundário e terciário da nossa economia são incipientes. No Amapá tudo está por fazer.

Através do Congresso Nacional, esperamos que sejam abertas as portas do Amapá, a fim de que o nosso bravo povo possa caminhar com suas próprias pernas. Tenho dito reiteradas vezes que queremos a nossa soberania, para que possamos ativar o desenvolvimento do nosso estado. A terra é fértil, mas somente o extrativismo tem ocorrido lá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Amapá vem humildemente pedir a esta Casa apoio para a abertura de que necessitamos, a fim de que possamos comercializar com os países que fazem fronteira conosco.

Haveremos de retomar a Guiana Francesa, porque aquele pedaço de terra faz parte da Amazônia, e a França está a milhares de quilômetros de distância. Mandaremos uma carta ao Parlamento francês. Estamos realizando estudos técnicos para mostrar que houve equívoco. A história está aí para provar isso. Iremos ~~reaver~~ as terras que fazem parte do Amapá. Entendemos que somente a disposição para a luta, o trabalho e o suor poderão tirar o nosso estado do caos em que se encontra.

Daqui a oito anos, o Governo Federal deixará de aplicar recursos no Amapá, e seus mais de 400 mil habitantes ficarão sem opção, com todas as suas gerações comprometidas.

Agradeço a atenção desta Casa. Encerro o meu pronunciamento porque já se esgotou o meu tempo, mas voltarei para pedir o apoio de que tanto precisa o nosso estado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa determina que se abra o painel de presença no Congresso Nacional.

Os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes queiram comparecer ao plenário. Iniciaremos a votação dos vetos pelo Senado.

Sobre o Veto nº 42/90, relativo à atualização do Bônus do Tesouro Nacional, rejeitado na Câmara dos Deputados, o Senado Federal terá que se manifestar em primeiro lugar.

Portanto, a Mesa solicita aos Srs. Senadores que compareçam e votem, pois o veto depende da manifestação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Pacheco.

O SR. ORLANDO PACHECO (Bloco — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o dia 30 de abril de 1946 é um dia que todos os brasileiros devem comemorar, pois é uma data histórica!

Foi quando o País ficou livre da legalidade de uma das tantas desgraças que assolam a sofrida sociedade brasileira.

Através do Decreto-Lei nº 9.215, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra, de saudosa memória, proibiu o funcionamento dos cassinos. A roleta rodou pela última vez no Cassino Quitandinha, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Aliás, foram fechados 71 cassinos em todo o País.

Dizem que isto provocou o desemprego de quarenta mil pessoas, mas esquecem que aliviou o sofrimento de quarenta milhões de pessoas, vítimas dos jogos de azar. Tinham como consequência a desgraça do lar, a desintegração da família e o enriquecimento ilícito de milhares de oportunistas, que acumulam fortunas em detrimento dos outros.

Os interesseiros e os interessados na desgraça alheia dizem que nos Estados Unidos o jogo é liberado em dois Estados, Nevada e Nova Jersey, e que gerou um grande desenvolvimento.

No Estado de Nevada, onde funcionam hoje 95 hotéis-cassinos, com um faturamento bruto anual de 4,2 bilhões de dólares e um fluxo turístico de 19 milhões de visitantes, o governo estadual arrecada 6%. Em Nova Jersey, a tributação é de 8% sobre o bruto de 3,7 bilhões de dólares arrecadados por ano. Só que esses matemáticos e pesquisadores não avaliaram o índice de criminalidade, roubos, assaltos, consumo de drogas, suicídios, lares destruídos nessas cidades, estados e países que adotam os jogos de azar. As estimativas de criminalidades, ali, são bem maiores.

“No momento em que se cogita legalizar os cassinos no Brasil, vale a pena examinar a experiência de outros países. A análise dos fatos concretos nesse campo dispensa as bravatas de puritanismo e a pregação moral.

As pesquisas realizadas nas sociedades onde os cassinos existem há várias décadas indicam que o jogo é o tipo de negócio que tem um enorme potencial de lucro para os proprietários dos cassinos e um elevadíssimo custo social para a comunidade, que é obrigada

a investir não só na infra-estrutura turística como também nos sistemas de controle dos desvios de comportamento.

Os estudos realizados pelo economista William R. Eadington, que, aliás, leciona no Estado de Nevada, onde está Las Vegas, comprovam que os cassinos abrem um enorme espaço para o crime organizado e propõem a corrupção política, da polícia e da própria justiça. Ademais, as cidades onde há cassinos exibem as mais altas taxas de crime *per capita*, alcoolismo e prostituição.

É bom lembrar que os cassinos de Las Vegas se instalaram em 1930. Naquela época, não se falava em drogas. Hoje a realidade é outra. Os dados comprovam que os cassinos constituem os melhores abrigos para o uso e tráfico dos mais nocivos tipos de drogas. Jogo e droga! Essa é a dupla perversa que estaremos promovendo ao apoiar a legalização dos cassinos no Brasil, como diz o empresário Antônio Ermírio de Moraes no jornal *Folha de S. Paulo* de 12 de maio de 1991.

Em suma, os custos sociais dos cassinos são muito altos. O jogo tampouco favorece as finanças das comunidades, pois os recursos gerados são insignificantes em relação aos investimentos realizados em turismo, polícia e justiça.

Argumenta-se que o Brasil já é um grande cassino: pode-se apostar em cavalos, loteria, sena, loto, loteca, raspadinha, jogo do bicho e outros jogos clandestinos.

Mas será que tudo isso justifica a sua ampliação e legalização? Penso que não. A existência de jogo ilegal reflete simplesmente a má administração dos sistemas de controle. Se a polícia e a justiça estão desaparelhadas para combater as contravenções atuais, como poderão eliminar as contravenções adicionais que advêm do jogo legalizado?”

Lamentamos a índole de certa camada da sociedade, que só pensa em ganhar dinheiro fácil; ganhar dinheiro, fama, posição, poder, com a desgraça alheia!

“O assunto parecia sepultado. Não estava. Há quem de novo proponha projeto, na Câmara, de legalização dos cassinos. Não se trata aqui do lazer popular e dos pequenos jogos na base da sorte. A questão é outra. Quer-se permitir a alta indústria do jogo de azar.

Confiamos no bom senso e no discernimento dos responsáveis do Legislativo e Executivo para que evitem uma decisão prejudicial ao Brasil.

Alega-se que o cassino seria fator de desenvolvimento econômico, pois favorece o turismo, potencia as estâncias hidrominerais e outras, cria empregos e pode até beneficiar obras sociais e filantrópicas.

Esses argumentos são frágeis. Há outros modos de incentivar o turismo com nossas belezas naturais, valores artísticos e culturais, graças à recuperação de monumentos e inteiras áreas históricas. Não ajuda nosso povo a circulação pela cidade de apaixonados pelo jogo que, não raro, cedem à dependência da bebida, da vida noturna e dão mau exemplo de inatividade profissional. A oferta de empregos em cassinos oferece ao povo morais

e induzem a comportamentos semelhantes. Se aplicar parte do lucro em obras sociais justificasse a abertura de cassinos, o mesmo raciocínio poderia servir para aprovar a Máfia, o narcotráfico e outras atividades moralmente inaceitáveis.”

Chega de tantos jogos, de tantas desgraças. Um país assim só fica debaixo da maldição de Deus! Pois Ele diz, pelo profeta Isaias (Cap. 55 V.2): “Por que gastais o dinheiro naquilo que não é pão? E o produto do vosso trabalho naquilo que não pode satisfazer?”

E Cristo, quando esteve aqui, visitou um desses lugares de jogos e virou as mesas e expulsou os jogadores e os açoitou. Portanto, a Igreja deve tomar posição e combater os jogos e os jogadores, que infernizam a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o Brasil tem outras formas de arrecadar recursos sem penalizar a sociedade já tão penalizada.

Parabenizamos aqui autoridades como: Dom Luciano Mendes de Almeida, Antônio Ermírio de Moraes e outras que se posicionaram contra a legalização desses jogos e outros.

Sr. Presidente, quero concitar daqui todos os segmentos religiosos deste País — sejam eles quais forem — pastores, bispos, padres, parlamentares, cristãos a se manifestarem contra a pretendida aprovação, por esta Casa, da legalização dos cassinos, o que vai trazer dos céus mais maldições para este País, que já sofre de catástrofes e cataclismas, porque se embebede em imoralidades.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O último orador inscrito é o Deputado Elias Murad, a quem concedo a palavra.

A Mesa chama a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, logo após a fala do último orador, daremos início à Ordem do Dia, com votação que deverá começar pelo Senado da República.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas parlamentares, o § 4º do art. 220 da Constituição Federal estabelece restrições à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias. Há necessidade, evidentemente, de se regulamentar esse dispositivo constitucional, através de lei complementar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ocupo hoje esta tribuna para mostrar que é urgente a regulamentação do § 4º do art. 220 da nova Constituição brasileira. Vejam V. Ex^{as}, hoje, fui procurado por um pai que me disse que seu filho de cinco anos de idade estava lhe pedindo que comprasse um famoso biotônico que está sendo divulgado pela mídia como um fortificante capaz de fornecer a energia máxima às pessoas que dele fizerem uso. Essa divulgação é feita até em programas infantis. E o mais grave é que o referido biotônico contém álcool na sua composição. E meninos e meninas de cinco, seis, sete e oito anos de idade estão pedindo o biotônico que

“dá a força”, conforme diz a propaganda feita através da mídia.

Então, essa propaganda enganosa provoca, às vezes, o consumo de produtos medicamentosos que deveriam ser de uso limitado, prescrito, regulamentado por lei. Com isso, induz-se as crianças ao uso exagerado de medicamentos e à automedicação.

E ainda mais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas. Há pouco tempo, uma conhecida empresa de sapatos do Rio Grande do Sul — se não me engano da cidade de Novo Hamburgo — divulgou, pela mídia, que havia conseguido produzir uma cola de sapateiro completamente atóxica. A referida cola não conteria o solvente que leva muitos indivíduos a empregá-la com a finalidade de conseguir ação inebriante ou embriagadora, como acontece com a chamada cola de sapateiro comum, consumida pelos menores, principalmente os de rua. E chegou mesmo a citada empresa a estampar no rótulo da referida cola, que se tratava de um produto atóxico. Entretanto, a tal cola de Novo Hamburgo não apresenta nenhuma novidade. Simplesmente substituíram o solvente tolueno (ou toluol) por outro semelhante, o N-Hexano, que tem ação embriagadora, inebriante e que também tem levado seus usuários à dependência.

Entretanto, o rótulo da citada cola de sapateiro afirma que o produto é atóxico, enganando o consumidor e a opinião pública e jogando no mercado um produto que não constitui novidade alguma.

Finalizando, Sr. Presidente, solicito aos colegas parlamentares o seu apoio, o seu empenho, para que possamos regulamentar, com a máxima urgência, o § 4º do art. 220 da Constituição brasileira, que afirma que devemos impor restrições à propaganda feita no sentido de iludir o consumidor. Temos que tomar estas providências porque, caso contrário, ficaremos à mercê dessa propaganda enganosa, divulgada, muitas vezes, pela mídia brasileira de maneira espetacular e constante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tendo em vista a criação, através do rR-querimento nº 493, de 1991-CN, de autoria da Deputada Irma Passoni e outros Senhores parlamentares de comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa no Brasil, a Presidência, de acordo com as indicações das lideranças, designa para integrarem a referida comissão os Senhores:

Senadores

Coutinho Jorge
Flaviano Melo
João Calmon
Mansueto de Lavor
Raimundo Lira
Francisco Rollemberg

Carlos Patrocínio
Mário Covas
Beni Veras
Levy Dias
Darcy Ribeiro
Ney Maranhão
João França
Gerson Camata
Eduardo Suplicy
TITULARES

Deputados

Arold de Oliveira
Gustavo Krause
Cesar Bandeira
Fausto Rocha
José Thomaz Nonô
Marcelo Barbieri
Nelson Proença
Paulo Ramos
Eduardo Mascarenhas
Marcelo Luz
Magalhães Teixeira
João Mendes
Irma Passoni
Eduardo Matias
João Melão

SUPLENTE

Senadores

Onofre Quinan
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Henrique Almeida
Hydekel Freitas
Fernando Henrique Cardoso
José Eduardo
Nelson Wedekin
Albano Franco

Deputados

Benedito de Figueiredo
Aroldo Cedraz
Gonzaga Mota
Roberto Valadão
Edson Silva
Telmo Kirst
Paulo Silva
Onaíreves Moura
Tilden Santiago

Nos termos do § 3º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, o prazo da comissão se encerrará em 17 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no § 7º do art. 66 da Constituição Federal, promulgou a lei que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências, que foi objeto de veto presidencial, foi veto foi rejeitado pelo Congresso Nacional em sessão de 15 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Atendendo a apelos das lideranças, a Presidência prorroga até amanhã, às 18h30min,

o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3, de 1991 — CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência recebeu, do Presidente da Câmara dos Deputados, o Ofício SGM/P nº 346, de 13 do corrente, indicando os Deputados Nelson Proença e Nelson Morro em substituição aos Deputados Ibsen Pinheiro e Arnaldo Prieto, como representantes daquela Casa na Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, prevista no art. 8º do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, comissão esta que foi composta na sessão legislativa anterior.

Pelo Senado Federal, a Presidência designa, em substituição ao Senador Alberto Hoffmann, o Senador Esperidião Amin, ficando a referida comissão assim constituída:

Senador José Fogaça
Senador Irapuan Costa Júnior
Senador Dirceu Carneiro
Senador Márcio Lacerda
Senador Odacir Soares
Senador Esperidião Amin
Deputado Nelson Proença
Deputado Luiz Henrique
Deputado Nelson Morro
Deputado Jorge Uequed
Deputado Amaury Muller
Deputado Victor Faccioni.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

Votaremos o veto ao art. 5º, que deixou de ser apreciado na última sessão do Congresso Nacional por falta de **quorum**.

A votação se iniciará pelo Senado Federal, uma vez que o veto foi rejeitado na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que tomem seus lugares a fim de ter início a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como votam os Srs. Líderes?

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB, votará “não”.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB votará “não”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “não”. O voto é inócuo

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para derrubar, o PDS votará “não”.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para orientação da minha bancada, quero dizer que votaremos “não”, ou seja, rejeitamos o veto do Sr. Presidente, como forma de cumprir acordo feito na Câmara. Peço, portanto, aos nobres colegas que votem “não”, a fim de honrarmos tal acordo.

(Procede-se à Votação.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobre Srs. Senadores, é a segunda vez que não há número para apreciação de veto no Senado. Há número na Câmara dos Deputados para continuação da votação.

Queiram votar, Srs. Senadores

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, preocupa-me, tanto quanto a V. Ex^a, Sr. Presidente Alexandre Costa, o fato de o Senado não estar dando **quorum** suficiente, ainda mais que a greve geral dos trabalhadores não foi anunciada para hoje, mas para amanhã e depois de amanhã.

Alguns senadores me perguntaram como está a greve geral. É importante esclarecer que não é hoje. Como não sabemos como estarão os meios de transporte amanhã, é necessário assegurar-se o **quorum** no Senado Federal e na Câmara dos Deputados no dia de hoje. Amanhã possivelmente será mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa aguarda os Srs. Senadores. Faltam apenas seis.

O Sr. Cardoso Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que registre meu voto contrário ao veto na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A votação foi realizada na semana passada, nobre Deputado.

O SR. CARDOSO ALVES — Não estou pedindo a V. Ex^a que faça constar o meu voto, apenas que o registre

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Ficará registrado nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço aos Srs. Senadores que compareçam

ao plenário. A Mesa será tolerante, uma vez que é necessário prosseguirmos na apreciação dos vetos. A votação depende da presença apenas de mais seis Srs. Senadores.

A Câmara dos Deputados oferece número para o prosseguimento da sessão. Os Srs. Senadores devem comparecer para dar número necessário à votação do veto ao art. 5º. Agora faltam apenas quatro Srs. Senadores.

Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes, nas reuniões, nos corredores, compareçam ao plenário do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Encontram-se 71 senadores na Casa e o painel registra a presença apenas de 38 no plenário. Se nenhum senador mais desejar votar, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação

Não há **quorum**. Fica adiada a votação.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

I

VETOS PRESIDENCIAIS

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória

nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- § 6º;
- parágrafo único do art. 6º;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea c do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89,

na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;
- item II do § 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- § 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 6º;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109;

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamentos e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

plano plurianual para o quinquênio 1991/1995 e dá outras providências.

(Mens. nº 24/91-CN.)

Partes vedadas:

- art. 2º;
- alínea f do § 3º do art. 5º;
- art. 7º e parágrafo único.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

14

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991.

(Mens. nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 16; e
- itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1991 (Nº 6.134/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1991 (nº 6.134/91, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem econômica e cria o sistema de estoques de combustíveis.

(Mens. nº 26/91-CN.)

Parte vetada:

- art. 3º

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 1991 (Medida Provisória nº 291/91)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº

4, de 1991, que dispõe sobre o reajustamento de aluguel na locação predial urbana.

(Mens. nº 27/91-CN.)

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, antes convocando sessão conjunta para amanhã, dia 22 de maio, às 19 horas, para apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Brasília, 21 de maio de 1991

Senhor Presidente,

Em face da convocação da Sessão Plenária do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, publicada no *Diário do Congresso Nacional* de 14 do corrente, objetivando a eleição dos membros e respectivos suplentes da comissão deliberativa, os parlamentares que a esta subscrevem, atendendo ao disposto no art. 1º e seu parágrafo único da Resolução nº 20, de 3-9-74, apresentam, para concorrer à citada eleição, a chapa anexa.

Cordialmente, — **Ricardo Izar** — **Jorge Uequed** — **Jamil Haddad** — **Wilson Campos** — **José Thomaz Nonô** — **Flávio Derzi** — **Sarney Filho** — **Osvaldo Coelho** — **Messias Gois** — **Nilson Gibson** — **Rita Camata** — **Jorge Khoury** — **Henrique Alves** — **Leur Lomanto** — **João Calmon** — **Simão Sessim** — **R. Saldanha Derzi** — **Ruy Bacelar** — **Ronaldo Aragão** — **Alexandre Costa** — **Ibsen Pinheiro** — **Ulysses Guimarães** — **Raquel Cândido** — **Marcos Lima**.

ANEXO

COMISSÃO DELIBERATIVA (1991- 1994)

TITULARES

Senador Alexandre Costa

Senador Alfredo Campos

Senador Humberto Lucena
Senador Jutahy Magalhães
Senador Lourival Baptista
Senador Ruy Bacelar
Senador Nelson Carneiro
Senador Rachid Saldanha Derzi
Deputado Humberto Souto
Deputado Jorge Uequed
Deputado Leur Lomanto
Deputado Ulysses Guimarães
Deputado Ibsen Pinheiro
Deputado Ricardo Izar
Deputado Gastone Righi
Deputado Henrique E. Alves
Deputado Jamil Haddad
Deputado José Lourenço
Deputado Flavio Derzi
Deputado Simão Sessim
Deputado Prisco Viana
Deputado Genebaldo Correia
Deputado Sarney Filho
Deputado Ricardo Fiuza
Deputado Victor Faccioni

SUPLENTES

Senador Lavoisier Maia
Senador Affonso Camargo
Senador Ney Maranhão
Senador Guilherme Palmeira
Senador Francisco Rollemberg
Senador Gerson Camata
Senador João Calmon
Senador Lucídio Portela
Deputado Amaury Müller
Deputado Paulino Cicero
Deputado Messias Gois
Deputado João Paulo
Deputado Jairo Azi
Deputado Maurílio F. Lima
Deputado Ney Lopes
Deputado Benito Gama
Deputada Raquel Cândido
Deputado Marcos Lima
Deputado Leopoldo Bessone
Deputado Luiz Henrique
Deputado Mauro Sampaio
Deputado Nilson Gibson
Deputada Rita Camata
Deputado Wilson Campos
Deputado Thomaz Nonô

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES À VENDA

CÓDIGO CIVIL — Anteprojetos
(edição de 1989) — 5 volumes — Cr\$ 2.000,00

Volume 1 — Anteprojeto de Código das Obrigações — Parte Geral — *Orosimbo Nonato*
— *Philadelpho Azevedo* — *Hahnemann Guimarães*
— Anteprojeto de Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas — *Haroldo Valladão*

Volume 2 — Anteprojeto de Código Civil — *Orlando Gomes*
Anteprojeto de Código Civil — revisto

Volume 3 — Anteprojeto de Código de Obrigações — *Caio Mário da Silva Pereira* —
Sylvio Marcondes — *Theophilo de Azeredo Santos*

Volume 4 — Projetos do Governo Castello Branco:
— Projeto de Código Civil (PL nº 3.263/65)
— Projeto de Código de Obrigação (PL nº 3.264/65)

Volume 5

Tomo 1 — Anteprojeto de Código Civil — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves*
— *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun*
— *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

Tomo 2 — Anteprojeto de Código Civil — revisto — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves* — *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun* — *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

Índice temático comparativo (volumes 1 a 5)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar
— Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal a Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 311-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcôs Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário
de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR

Cr\$ 800,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 109

(janeiro a março de 1991)

Está circulando o nº 109 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 354 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Sílvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Álvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos no Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a Constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzili*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*
A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —

Senado Federal, Anexo I, 22º andar —

Praça dos Três Poderes,

CEP 70160 — Brasília, DF —

Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS